



REQUERIMENTO Nº ____ DE 2026
(Do Sr. VALDIR COBALCHINI)

Requer a realização de seminário no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a ser realizado em Santa Catarina para debater a proposta de criação do Parque Nacional das Serras do Araçatuba e Quiriri, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso XIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Seminário no âmbito desta comissão para debater a proposta de criação do Parque Nacional das Serras do Araçatuba e Quiriri, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a ser realizado em Santa Catarina, para enriquecer o debate:

João Paulo Capobianco - Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil;

Mauro Oliveira Pires – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Rejane Gambin - Prefeita de Joinville/SC

Plotino de Bitencourt - Prefeito de Garuva/SC

Rubens Blaszkowski - Prefeito de Campo Alegre

Gilberto Seleme – Presidente da FIESC

Hélio Dagnoni – Presidente da FECOMERCIO

José Zeferino Predozo – Presidente da FAESC

Dagnor Schneider – Presidente da FETRANCESC

Onildo Dalboso Júnior – Presidente da FCDL/SC

Elson Otto - Presidente da FACISC

Pedro Gilmar Fank – Presidente da FAMPESC

Renato Campos de Carvalho – Presidente Conselho Deliberativo do SEBRAE

Fernando Krelling - Deputado Estadual de Santa Catarina





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Valdir Cobalchini – MDB/SC
JUSTIFICATIVA

A realização de Seminário da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, no Estado de Santa Catarina, mostra-se necessária e oportuna para promover amplo debate sobre a proposta de criação do Parque Nacional das Serras do Araçatuba e Quiriri, atualmente em tramitação no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, bem como sobre a necessidade de suspensão do processo até que sejam concluídos estudos técnicos e socioeconômicos e assegurada a efetiva participação das comunidades diretamente afetadas.

A proposta tem despertado significativa preocupação entre produtores rurais, empresários, trabalhadores, gestores públicos municipais e representantes da sociedade civil, diante dos potenciais impactos sobre atividades econômicas consolidadas há décadas na região, especialmente nos setores agropecuário, florestal, industrial, turístico e de prestação de serviços. As manifestações encaminhadas por entidades representativas do setor produtivo catarinense ressaltam que a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral poderá impor novas restrições sobre áreas que já se encontram submetidas a um amplo conjunto de instrumentos de proteção ambiental previstos na legislação vigente, gerando insegurança jurídica e relevantes reflexos socioeconômicos.

Nesse contexto, o Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina – COFEM, que reúne as principais entidades representativas do setor produtivo estadual, defende que eventual criação da unidade de conservação somente ocorra após criteriosa avaliação técnica, socioeconômica e ambiental, precedida de ampla participação das comunidades locais, dos proprietários rurais, dos municípios envolvidos, do setor produtivo e dos demais segmentos da sociedade. O documento também sustenta que as áreas abrangidas pela proposta já contam com elevado nível de proteção conferido pelo Código Florestal, pelas Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais e demais instrumentos ambientais, razão pela qual pleiteia a suspensão do processo até a conclusão de estudos mais aprofundados.

No mesmo sentido, a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC manifesta preocupação quanto aos impactos da proposta sobre atividades produtivas regularmente estabelecidas, defendendo que qualquer medida

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3215-5358 | dep.cobalchini@camara.leg.br





Câmara dos Deputados

Gabinete do Deputado Valdir Cobalchini – MDB/SC

restritiva seja precedida de ampla transparência, disponibilização integral dos estudos técnicos, participação social qualificada e definição de critérios objetivos para sua implementação, assegurando segurança jurídica e mecanismos adequados de transição e compensação, quando cabíveis.

Também merece destaque a solicitação encaminhada pelo 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina à Presidência desta Comissão, na qual é ressaltada a urgência do debate em razão da preocupação das comunidades locais quanto aos possíveis impactos socioeconômicos da proposta. O documento enfatiza, ainda, que a região já possui importantes instrumentos de proteção ambiental, como a Área de Proteção Ambiental Dona Francisca, e aponta a necessidade de maior transparência, diálogo e realização de estudos técnicos antes da adoção de qualquer decisão definitiva.

Diante desse cenário, a realização do seminário em Santa Catarina permitirá que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável cumpra seu papel institucional de promover o diálogo democrático, ouvindo diretamente os cidadãos, especialistas, representantes do ICMBio, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dos governos estadual e municipais, do setor produtivo, das entidades ambientalistas, da comunidade científica e das populações locais.

Além de ampliar a transparência do processo, o evento contribuirá para a construção de soluções equilibradas, capazes de compatibilizar a proteção do patrimônio ambiental com o desenvolvimento econômico sustentável, a segurança jurídica, o respeito às atividades produtivas regularmente estabelecidas e a preservação dos direitos das comunidades atingidas.

Dessa forma, justifica-se a realização do Seminário da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de debater a proposta de criação do Parque Nacional das Serras do Araçatuba e Quiriri até que sejam realizados estudos técnicos e socioeconômicos abrangentes, garantindo-se ampla participação social e a devida consideração dos impactos ambientais, econômicos e sociais envolvidos.

Sala da Comissão, em de junho de 2026.

VALDIR COBALCHINI
Deputado Federal – MDB/SC

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3215-5358 | dep.cobalchini@camara.leg.br

